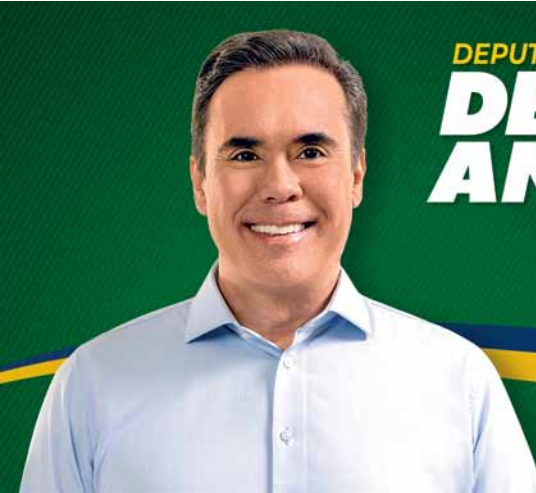




DEPUTADO FEDERAL

DENIS ANDIA

1540

Acesse denisandia.com.br e conheça nossas propostas.



Coligação Coragem Para Seguir Avançando - MDB
CNPJ contratante: 68.293.698/0001-14
CNPJ contratado: 08.767.796/0001-15 - Valor pago: R\$ 3.510,00

DEPUTADO FEDERAL

MARCOS PEREIRA

1010

DEPUTADO ESTADUAL

MOLINA

10999

GOVERNADOR

TARCÍSIO

10

O CANDIDATO DO

TARCÍSIO

República

10

Sumaré e Hortolândia têm 14 mil títulos cancelados para a eleição



Eleições serão realizadas com “desfalque” de eleitores no próximo domingo, 4 de outubro

Ambos os municípios acumulam 14,5 mil eleitores faltosos e cerca de 14 mil títulos cancelados; quadro reforça a atenção sobre regularização eleitoral futura e gera impacto nas urnas para candidatos da região nas eleições marcadas para próximo domingo (4)

Sumaré e Hortolândia chegam às eleições de outubro com milhares de eleitores fora da situação regular após sucessivas ausências nas urnas. Dados dos últimos pleitos apontam 14,5 mil faltosos nas duas cidades, enquanto cerca de 14 mil títulos acabaram cancelados no período. A situação também ganha peso em um ano de eleições gerais, quando os eleitores escolherão presidente da República, governador, senadores, deputados federais e estaduais.

FROTA ELETRIFICADA



Sumaré projeta expansão da infraestrutura para elétricos

Sumaré passou a contar oficialmente com uma política municipal voltada à expansão da infraestrutura para veículos elétricos e híbridos. O prefeito Henrique do Paraíso sancionou a Lei nº 7.710/2026, que autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações de incentivo à mobilidade elétrica sustentável na cidade. A legislação é originária de projeto apresentado pelo vereador Pereirinha e cria uma base legal para que o município incentive a instalação de pontos de recarga.

ÍNDICE CONSIDERÁVEL



Ensino superior marca perfil de Paulínia na eleição 2026

Paulínia chega às Eleições 2026 com um eleitorado maior e um perfil marcado pela presença de pessoas com formação universitária. O município soma 90.085 aptos a votar, 5.833 a mais do que há quatro anos. Desse total, 25.246 têm ensino superior completo ou ainda em andamento, grupo que representa aproximadamente 28% de todo o cadastro eleitoral. Monte Mor possui 47.364 eleitores, dos quais 3.002 aparecem como analfabetos.

PERFIL

Nova Odessa chega às urnas com 23% de votantes acima dos 60 anos

AÇÕES

Americana cria metas para elevar reciclagem e reduzir lixo a aterros

SANCIONADA

Nova lei reorganiza políticas de infância em Hortolândia



TEMOS VAGAS!

DE EMPREGO

Buscando novas oportunidades?

Confira na **página 04** mais de **vinte vagas** em aberto!



GRUPO A EXECUTIVA

DESDE 1974

CHARGE



Sumaré prepara infraestrutura para nova realidade dos veículos elétricos

Nova lei permite incentivar carregadores em espaços públicos e privados, parcerias e estimular uso de energia renovável

Paulo Medina • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Sumaré passou a contar oficialmente com uma política municipal voltada à expansão da infraestrutura pa-ra veículos elétricos e híbridos. O prefeito Henrique do Paraíso (Republicanos) sancionou a Lei nº 7.710/2026, que autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações de incentivo à mobilidade elétrica sustentável na cidade.

A legislação é originária de projeto apresentado pelo vereador Pereirinha e cria uma base legal para que o município incentive a instalação de pontos de recarga para veículos elétricos e híbridos em locais públicos e privados.

A sanção ocorre em um momento de crescimento da presença de veículos eletrificados nas ruas de Sumaré. Dados da Senatran (Secretaria Nacional de Trânsito) mostram que a cidade teve crescimento de 2.073% em cinco anos.

A nova política municipal pretende preparar a cidade justamente para a continuidade desse crescimento.

Pela Lei nº 7.710, a Prefeitura fica autorizada a incentivar a implantação de



Medida libera Executivo a incentivar estudos técnicos e projetos de expansão da rede de carregadores

carregadores para automóveis elétricos e híbridos em diferentes pontos da cidade. A medida não determina a instalação imediata de equipamentos, mas permite que o governo municipal desenvolva projetos de acordo com disponibilidade financeira, interesse público e critérios administrativos.

Entre as possibilidades previstas está o estímulo à instalação dos pontos de recarga tanto em áreas públicas quanto em estabelecimentos privados.

A Prefeitura também poderá promover parcerias e celebrar convênios com empresas, órgãos públicos, instituições de ensino e organizações da sociedade civil para ampliar a infraestrutura destinada à mobilidade elétrica.

Outro ponto previsto é o incentivo ao uso de fontes renováveis de energia nos sistemas de recarga. A legislação também permite a realização de campanhas de conscientização sobre mobilidade sustentável e ações

para divulgar boas práticas relacionadas ao consumo racional de energia.

ESTUDOS PARA EXPANSÃO

A lei autoriza ainda o Executivo a incentivar estudos técnicos e projetos destinados à expansão da rede de carregadores.

Isso abre possibilidade para levantamentos sobre demanda, definição de locais estratégicos e avaliação da estrutura elétrica necessária para atender ao aumento do número de veí-

culos movidos total ou parcialmente por eletricidade.

As futuras iniciativas deverão respeitar as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), além das regras definidas pelos órgãos reguladores e pelas legislações federal, estadual e municipal.

A legislação estabelece ainda que os projetos deverão observar princípios como eficiência energética, sustentabilidade ambiental, segurança e acessibilidade.

Apesar de criar a política, a lei ressalta que seu caráter é programático. Isso significa que a sanção não obriga a administração municipal a iniciar imediatamente obras, contratar serviços ou realizar despesas específicas.

A execução ficará condicionada à disponibilidade financeira e orçamentária e à avaliação de conveniência da Prefeitura.

CRESCIMENTO ACELERADO

A criação da política representa uma mudança de cenário em relação a poucos anos atrás.

A expansão coloca pressão sobre outro ponto da cadeia: onde recarregar esses automóveis. Diferentemente dos veículos convencionais, o aumento dos modelos totalmente elétricos e dos híbridos plug-in depende também da disponibilidade de carregadores em residências, empresas, estacionamentos e espaços de circulação pública.

Com a nova lei, Sumaré passa a ter autorização específica para participar desse processo, seja estimulando novos pontos de recarga, seja articulando investimentos com a iniciativa privada.



Nutrição além do prato

Marina Rocha Luciano

É nutricionista clínica, formada pela UNICAMP, com especialização em Nutrição Esportiva e Obesidade pela USP. Atua com foco em emagrecimento, performance esportiva e qualidade de vida, sempre com base científica e estratégias individualizadas. Em sua prática e em seus textos, defende uma nutrição consciente, sustentável e aplicável à vida real. Atende na clínica Centerclin, em Sumaré.

Eletrólitos para todo mundo?

De repente, colocar eletrólitos na água virou parte da rotina de muita gente. Tem quem use ao acordar, antes do treino, depois do treino e até ao longo de um dia comum, como se a água sozinha tivesse deixado de ser suficiente para hidratar. A popularidade não surgiu do nada. Eletrólitos são importantes e sua reposição tem aplicações muito bem estabelecidas, especialmente no esporte. A questão é quando uma estratégia que faz sentido em determinados contextos começa a ser tratada como uma necessidade praticamente universal.

Quando suamos, não perdemos apenas água. Perdemos também eletrólitos, principalmente sódio, mas tanto o volume de suor quanto a concentração de sódio nele variam bastante entre as pessoas. Duração e intensidade do exercício, temperatura, umidade, roupas utilizadas e aclimação ao calor também interferem nessas perdas. Por isso, alguém correndo por duas horas em um

dia quente não está na mesma situação de quem fez cinquenta minutos de musculação em uma academia climatizada. Parece uma comparação óbvia, mas ela mostra bem o problema de transformar uma estratégia individual em recomendação para todo mundo.

Na nutrição esportiva, eletrólitos podem ser extremamente úteis. Atletas com altas taxas de sudorese, pessoas que treinam ou competem por períodos prolongados, especialmente no calor, e indivíduos com grandes perdas de sódio podem se beneficiar de estratégias específicas de reposição. Em alguns casos, inclusive, avaliamos a taxa de sudorese para entender quanto aquela pessoa perde durante o exercício e individualizar melhor sua hidratação. Isso é bem diferente de concluir que qualquer pessoa que suou durante um treino precisa tomar um sachê de eletrólitos depois.

Nosso organismo já lida com água e eletrólitos o tempo inteiro. Sódio, potás-

sio, magnésio e outros minerais fazem parte da alimentação, e os rins têm um papel fundamental no controle das concentrações desses elementos e do equilíbrio de água no corpo. Para uma pessoa saudável, que se alimenta normalmente e não apresenta perdas relevantes, não existe uma necessidade fisiológica de começar todos os dias com água enriquecida com eletrólitos. Isso não significa que tomar eventualmente seja um problema, mas também não significa que acrescentá-los à água vá necessariamente melhorar a hidratação de quem já estava adequadamente hidratado.

O que acho particularmente interessante é observar como algumas estratégias migram do esporte para o universo do wellness. Algo utilizado para atender uma necessidade específica ganha espaço nas redes sociais, novas apresentações, sabores, embalagens e promessas e, aos poucos, deixa de parecer uma ferramenta para virar um hábito de saúde. Começam então a surgir perguntas como “qual eletrólito eu deveria tomar todos os dias?”, quando antes valeria entender se aquela pessoa tem perdas ou uma rotina que justifiquem essa reposição.

Essa discussão também conversa com a ideia bastante difundida de que câibra significa falta de eletrólitos. Hoje sabemos que as câibras associadas ao exercício são mais complexas do que isso, e a evidência não sustenta explicar todos os episódios simplesmente por desidratação ou perda de minerais. Em algumas situações, perdas importantes de líquidos e eletrólitos podem participar do quadro; em outras, fadiga neuromuscular e características individuais parecem ter papel relevante. Mais uma vez,

não existe uma resposta única que funcione para todas as pessoas e situações.

Também não precisamos ir para o outro extremo. Eletrólitos não são inúteis, bebidas esportivas não são necessariamente desperdício e água pura não é sempre suficiente para qualquer situação. Em exercícios prolongados, no calor ou diante de grandes perdas pelo suor, uma estratégia adequada de líquidos e sódio pode ser importante. Eu mesma utilizo bastante esse recurso na prática clínica esportiva quando existe indicação. O ponto não é questionar a ferramenta, mas a transformação de uma ferramenta específica em hábito obrigatório.

Essa talvez seja uma das características mais interessantes do universo atual da saúde e do wellness: estamos cada vez mais cercados por produtos destinados a otimizar funções que, na maior parte do tempo, nosso organismo já consegue regular muito bem. Isso não torna esses produtos ruins e nem significa que não tenham utilidade. Significa apenas que a existência de um produto e a popularidade dele não determinam uma necessidade fisiológica.

No fim, hidratação pode ser bem menos sofisticada do que parece nas redes sociais. Para muita gente, água e uma alimentação adequada dão conta de grande parte do dia. Para quem treina por longos períodos, sua muito, enfrenta calor ou apresenta perdas importantes de sódio, a estratégia pode precisar ser outra. Eletrólitos têm um lugar importante, principalmente na nutrição esportiva, mas entender para quem, quando e por que utilizá-los continua sendo muito mais interessante do que simplesmente transformar mais uma boa estratégia em regra.

PONTO DE ATENÇÃO

Monte Mor registra o eleitorado mais jovem, mas analfabetismo se destaca

Mais da metade dos 47,3 mil eleitores tem até 44 anos e o município também contabiliza 3 mil analfabetos no cadastro eleitoral, proporção quase quatro vezes maior que a verificada no Estado de São Paulo, de acordo com a Justiça Eleitoral

Paulo Medina • MONTE MOR
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Monte Mor estará nas urnas em outubro com 47.364 eleitores aptos e um perfil etário marcado pela presença das faixas mais jovens e adultas. Ao todo, 25.813 pessoas têm até 44 anos, contingente que representa aproximadamente 54,5% de todo o eleitorado municipal, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A faixa dos 40 aos 44 anos lidera o cadastro local, com 5.118 pessoas. Em seguida aparecem os eleitores entre 25 e 29 anos, com 4.936, e aqueles de 35 a 39 anos, com 4.927.

A presença dessas faixas ajuda a diferenciar o perfil de Monte Mor. No Estado de São Paulo, embora o grupo de 40 a 44 anos também seja o maior, há um avanço expressivo das idades mais elevadas: quase 25% do eleitorado paulista já possui 60 anos ou mais.

As mulheres continuam sendo maioria em Monte Mor, mas por uma margem menor do que a observada no Estado. São 24.463 eleitoras, equivalentes a 51,6%, diante de 22.901 homens, ou 48,4%.

Em São Paulo, as mulheres correspondem a aproximadamente 53% dos 34,1 milhões de eleitores.

O ensino médio domina o perfil de escolaridade do eleitorado montemorense. São 18.505 pessoas com ensino médio completo e 7.031 com ensino médio incompleto.

Somadas, essas duas categorias reúnem 25.536 eleitores, cerca de 53,9% do cadastro municipal.

Somente o ensino médio completo representa aproximadamente 39,1% do eleitorado de Monte Mor, proporção superior aos 33,45% registrados no Estado de São Paulo.

Outros 8.358 eleitores possuem ensino fundamental incompleto e 3.116 concluíram o fundamental. O ensino superior completo aparece para 4.251 pessoas, enquanto 1.929 declararam graduação incompleta.

ANALFABETISMO SUPERA MÉDIA

Um dos dados que mais se destacam no perfil de Monte Mor é o número de pessoas classificadas como analfabetas no cadastro eleitoral. São 3.002 elei-

tores, correspondentes a aproximadamente 6,34% do total municipal.

No Estado de São Paulo, o TSE registra 574.211 eleitores analfabetos, equivalentes a 1,68% do cadastro. Dessa forma, proporcionalmente, a participação desse grupo em Monte Mor é cerca de 3,8 vezes a média paulista.

Há ainda 1.172 eleitores no grupo que declarou saber ler e escrever, sem indicação de escolaridade formal concluída.

Esse recorte também possui efeito sobre a obrigatoriedade do voto. Pela Constituição, pessoas analfabetas podem se alistar e votar, mas o comparecimento às urnas é facultativo.

Apesar das mudanças no perfil interno do cadastro, o tamanho do eleitorado de Monte Mor praticamente não se alterou em relação à última eleição presidencial.

Em 2022, o município contava com 47.499 eleitores. Agora são 47.364, uma redução de 135 pessoas, equivalente a aproximadamente 0,28%.

A estabilidade local contrasta com o avanço nacional. O Brasil passou a con-



São 3.002 eleitores classificados em situação de analfabetismo, de acordo com o TSE

tar com 158.745.463 eleitores aptos em 2026. No Estado de São Paulo, são 34.104.226 votantes, o maior contingente eleitoral do país.

Outro contraste está no envelhecimento. Em todo o Brasil, o número de pessoas com 60 anos ou mais passou de 32,89 milhões em 2022 para 37,45 milhões em

2026, crescimento superior a 4,5 milhões de eleitores em quatro anos. A participação dessa faixa subiu de 21,02% para 23,60% do eleitorado nacional.

SAÚDE PÚBLICA

Hortolândia prepara reforma das três UPAs para começar em 2027

Da Redação • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Hortolândia lançará, em breve, licitação para contratação de empresa responsável pela reforma das três UPAS-24h (Unidades de Pronto Atendimento) do município. O projeto de reforma das unidades do Jardim Rosolém, Jardim Amanda e Nova Hortolândia está em fase final e, com a conclusão dessa documentação, a Administração Municipal inicia efetivamente a contratação do serviço que garantirá ambientes mais adequados, seguros e em conformidade com as normas técnicas previstas para que o atendimento à população aconteça com mais qualidade.

“Saúde pública se faz cuidando das pessoas em todos os detalhes. Por isso, a reforma das nossas três UPAs — Amanda, Rosolém e Nova Hortolândia — é uma conquista tão importante para Hortolândia. Estamos modernizando esses espaços para oferecer mais conforto, melhores condições de trabalho aos nossos profissionais e, principalmente, um atendimento cada vez mais digno e eficiente para a nossa população. Nosso compromisso é preparar a rede de saúde para os próximos anos, porque quem procura uma unidade de urgência precisa encontrar acolhimento, estrutura e respeito. É mais um passo importante do nosso governo para cuidar das

pessoas e melhorar a saúde de Hortolândia”, destaca o prefeito Zezé Gomes (Republicanos).

De acordo com o projeto elaborado pela Secretaria de Obras e acompanhado pela Secretaria de Saúde, os recursos para as reformas serão provenientes do Governo Federal, com repasses realizados pelo Ministério da Saúde. respeitados os prazos de licitação e de recurso para as empresas participantes, a obra de reforma nas três unidades deve iniciar no próximo ano.

De acordo com dados disponíveis no projeto, a UPA Nova Hortolândia realiza mais de oito mil atendimentos mensais em urgência e emergência. A unidade foi inaugurada em 2012, com funcionamento ininterrupto por 14 anos. Já a UPA Rosolém, funciona há oito anos, registrando uma média mensal de nove mil atendimentos prestados. A UPA Jd. Amanda, atende oito mil munícipes por mês e foi inaugurada há nove anos.

Em razão do desgaste natural decorrente do tempo de uso, associado à elevada demanda assistencial, a reforma priorizará investimentos na cobertura dos prédios, correção de infiltrações, atualização das instalações elétricas e hidráulicas, além da adequação da infraestrutura e ampliação de acessibilidade.



TEMOS
VAGAS!
DE EMPREGO



GRUPO
A EXECUTIVA
DESDE 1974



AJUDANTE DE PRODUÇÃO (15 VAGAS)
Ensino Fundamental. Não exigimos experiência. Contratamos carteira branca. Residir em Sumaré, Nova Odessa ou Americana.

AJUDANTE DE EXPEDIÇÃO

AJ. DE HIGIENIZAÇÃO (PCD)

AJUDANTE DE INSTALADOR

AJUDANTE DE MOTORISTA

AJUDANTE DE PRODUÇÃO

AJUDANTE GERAL

ASSISTENTE DE COMPRAS

ASSIST. DE DEPTO. PESSOAL

AUXILIAR DE ESTOQUE

AUXILIAR DE LIMPEZA

AUX. DE SERVIÇOS GERAIS (PCD)

BALCONISTA DE PADARIA

CONFERENTE

CONSULTOR(A) DE VENDAS

ENC. DE EXPEDIÇÃO

ESTOQUISTA

OPERADOR DE MÁQUINAS

REPOSITOR

SEPARADOR

TECELÃO DE FITAS

TÉCNICO EM ELETRÔNICA

VENDEDOR(A) DE LOJA

Envie currículo para: vagas@aexecutiva.com.br
ou acesse nosso site www.aexecutiva.com.br

NOSSAS
SOLUÇÕES



- Trabalho Temporário
- Terceirização de Serviços
- Recursos Humanos





Matriz
Rua 1º de Janeiro, 306 ° Centro - Nova Odessa/SP



(19) 3476.8620



A AEAS trabalhando com os pilares da



EDUCAÇÃO



TECNOLOGIA



E INOVAÇÃO





ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DE SUMARÉ
desde 1982



Ausência nas urnas se torna desafio em Sumaré e Hortolândia para eleição

Ambas as cidades acumulam 14,5 mil eleitores faltosos nos últimos pleitos, enquanto cerca de 14 mil títulos foram cancelados, cenário que acende alerta para a participação na votação deste ano e impacta na força eleitoral local

Paulo Medina • REGIÃO
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A participação dos eleitores nas urnas aparece como um dos desafios para Sumaré e Hortolândia nas eleições deste ano. Juntas, as duas cidades registraram 14,5 mil eleitores faltosos nos últimos pleitos considerados, um volume que ajuda a dimensionar o peso da abstenção e das pendências eleitorais na região. Sumaré concentra a maior parte dos casos. Foram 10,2 mil eleitores ausentes no período, dos quais 9,9 mil tiveram o título cancelado. O número mostra que a falta de comparecimento, quando acumulada e não regularizada, deixou milhares de moradores fora da condição regular perante a Justiça Eleitoral.

Em Hortolândia, o quadro também chama atenção. A cidade registrou 4,3 mil eleitores faltosos, com 4,1 mil títulos cancelados



Sumaré e Hortolândia somam 14,5 mil faltosos nos últimos pleitos eleitorais

por ausência sem pagamento da multa ou apresentação de justificativa.

Somados, os dois municípios chegam a aproximadamente 14 mil títulos can-

celados. O dado reforça um desafio que vai além do número de pessoas cadastradas para votar: transformar o eleitorado formal em presença efetiva nas urnas.

A situação também ganha peso em um ano de eleições gerais, quando os eleitores escolherão presidente da República, governador, senadores, deputa-

dos federais e estaduais.

Em cidades com eleitorados numerosos, como Sumaré e Hortolândia, milhares de ausências podem alterar de forma significativa

o volume de votos válidos e a participação política local.

Os números ainda mostram que, em ambas as cidades, a maior parte dos eleitores enquadrados entre os faltosos acabou tendo o título cancelado. Em Sumaré, a diferença entre faltosos e cancelados é de cerca de 300 pessoas. Em Hortolândia, de aproximadamente 200.

O cenário coloca a regularização eleitoral e o comparecimento às urnas entre os pontos de atenção. Quanto maior o número de eleitores que deixam de votar e não resolvem suas pendências, maior também o impacto sobre a participação efetiva da população no processo eleitoral.

Uma eleitora que preferiu não se identificar, moradora de Sumaré, disse que não vai votar porque está desacreditada da classe política. Ela disse que não vota faz duas eleições e que por enquanto não pretende regularizar seu título.



Curiosidades sobre o Direito

Johnny William Bradley

é advogado especialista em responsabilidade patrimonial e execução judicial

E mail: johnny.bradley@hotmail.com
End.: Av. Luís Frutuoso, nº 340, Vila Santana, Sumaré/SP

Com o falecimento do executado, os herdeiros podem ser incluídos na ação e ter seus bens penhorados?

Entenda os limites da responsabilidade dos sucessores

A morte do devedor não transforma automaticamente filhos e demais herdeiros em responsáveis pessoais pelas dívidas deixadas pelo falecido. Entenda os limites da responsabilidade sucessória. É comum que uma família seja surpreendida por uma situação que, além da dor do falecimento, traz uma preocupação jurídica: um pai, uma mãe ou outro familiar falece enquanto responde a uma ação de execução ou cumprimento de sentença e, posteriormente, seus filhos ou demais sucessores são chamados ao processo. Surge então uma dúvida frequente: se o devedor morreu, os herdeiros passam automaticamente a responder pela dívida? Seus bens particulares podem ser utilizados para pagar uma obrigação que não contraíram?

A resposta é não.

O falecimento do executado não significa que a dívida desapareça. Entretanto, também não significa que os herdeiros tenham assumido pessoalmente a obrigação.

O Código de Processo Civil estabelece que, ocorrendo a morte de uma das partes, deverá ocorrer a sucessão processual pelo espólio ou pelos sucessores, conforme as circunstâncias do caso. Portanto, o processo pode prosseguir mesmo após o falecimento do devedor, mas a sucessão deve respeitar as regras previstas em lei.

É fundamental, nesse ponto, distinguir a sucessão processual da responsabilidade patrimonial.

O herdeiro não se transforma automaticamente em devedor.

O artigo 796 do Código de Processo Civil estabelece que o espólio responde pelas dívidas do falecido. Depois da partilha, cada herdeiro responde na proporção da parte da herança que lhe coube e dentro das forças daquilo que recebeu.

Em termos simples, a dívida deixada pelo falecido pode alcançar o patrimônio que integra a herança, mas isso não significa que o credor possa simplesmente escolher um filho e cobrar dele, com seu salário, sua conta bancária, seu veículo ou sua residência, uma dívida que nunca foi contraída pelo próprio herdeiro.

Ser filho ou herdeiro não significa, por si só, ser devedor pessoal da obrigação deixada pelo falecido.

O Código de Processo Civil admite que a execução prossiga contra o espólio, herdeiros ou sucessores, conforme o caso. Essa possibilidade, entretanto, não deve ser confundida com uma autorização para atingir indiscriminadamente o patrimônio particular dos sucessores.

E SE O FALECIDO NÃO DEIXOU BENS?

A situação merece ainda mais atenção quando o falecido não deixou patrimônio. Se não existem bens, direitos ou valores transmitidos aos sucessores, a simples existência de uma dívida não autoriza, automaticamente, que o credor utilize o patrimônio pessoal dos filhos ou demais familiares para satisfazê-la.

É necessário verificar concretamente a existência de patrimônio sucessório, eventual inventário, a realização de partilha e aquilo que efetivamente foi transmitido a cada herdeiro.

Assim, se o falecido não deixou bens a serem partilhados, essa circunstância deve ser demonstrada no processo e poderá ser relevante para impedir que uma dívida do falecido seja indevidamente direcionada ao patrimônio particular dos sucessores.

OS HERDEIROS PODEM SER INCLUÍDOS NO PROCESSO?

Podem, dependendo da situação.

O falecimento de uma das partes exige que o processo seja adequado à nova realidade sucessória. O espólio ou os sucessores poderão assumir a posição processual correspondente, observadas as regras do Código de Processo Civil.

Isso, contudo, não significa que o herdeiro tenha contraído uma nova dívida.

A questão central será sempre identificar qual patrimônio responde pela obrigação e qual é o limite da responsabilidade de cada sucessor.

Por isso, a análise deve considerar, entre outros aspectos, quando ocorreu o falecimento, se a execução já estava em andamento, se existe inventário, se houve partilha e quais bens foram efetivamente transmitidos.

UM EXEMPLO SIMPLES

Imagine que uma pessoa tenha uma dívida de R\$ 300 mil e faleça deixando patrimônio de R\$ 100 mil.

A dívida não desaparece com a morte. O patrimônio deixado pelo falecido poderá responder pela obrigação, observadas as regras legais.

Isso não significa, porém, que os filhos deverão completar os R\$ 200 mil restantes utilizando seus próprios recursos.

Em outra situação, se o falecido não deixou patrimônio algum, a inexistência de herança é elemento fundamental para a análise da responsabilidade dos sucessores.

A responsabilidade do herdeiro está vinculada aos limites da herança e não se confunde, automaticamente, com seu patrimônio pessoal.

SAIBA SEUS DIREITOS

O falecimento extingue a dívida?

Não necessariamente. A obrigação pode continuar sendo cobrada, observadas as regras sucessórias.

O filho responde automaticamente pela dívida do pai?

Não. O vínculo familiar não transforma, por si só, o herdeiro em devedor pessoal.

O herdeiro pode participar da execução?

Sim, conforme a situação sucessória e processual. Isso não significa responsabilidade ilimitada.

Os bens pessoais do herdeiro podem ser penhorados?

A responsabilidade sucessória deve observar os limites da herança e aquilo que efetivamente foi transmitido ao sucessor, conforme o caso concreto.

E se o falecido não deixou patrimônio?

A inexistência de bens a serem partilhados deve ser demonstrada no processo e é relevante para a análise da responsabilidade dos sucessores.

Recebi uma intimação. O que fazer?

Procure orientação jurídica e analise imediatamente o processo, especialmente quanto à existência de patrimônio deixado pelo falecido e ao fundamento utilizado para incluir o sucessor na execução.

Conhecer os limites da responsabilidade é fundamental.

A lei permite que as obrigações do falecido sejam cobradas dentro das regras sucessórias, mas também estabelece limites para a responsabilidade dos sucessores.

Em síntese, a herança pode responder pelas dívidas deixadas pelo falecido; o patrimônio particular do herdeiro não se torna automaticamente responsável por elas.

Por isso, diante de uma execução contra pessoa falecida, é indispensável analisar individualmente a situação. A existência ou inexistência de patrimônio, a realização de inventário, a partilha e o quinhão efetivamente recebidos pelo sucessor são elementos que podem modificar completamente a conclusão jurídica.

NÚMEROS DO PLEITO

Nova Odessa chega às urnas com quase um em cada quatro eleitores já idosos

Município possui 47,4 mil pessoas aptas a votar em outubro deste ano e quase 11 mil já têm 60 anos ou mais, mulheres permanecem maioria e ensino médio completo concentra quatro em cada dez eleitores, diz Tribunal Superior Eleitoral

Paulo Medina • NOVA ODESSA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O envelhecimento do eleitorado já aparece com força no perfil de quem irá às urnas em Nova Odesa nas Eleições 2026. Dos 47.455 eleitores aptos a votar, 10.965 têm 60 anos ou mais, o equivalente a 23,1% do cadastro eleitoral do município. Isso significa que praticamente um em cada quatro votantes novaodessenses está nessa faixa etária. Os números fazem parte da base oficial do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o pleito deste ano.

O percentual fica próximo do cenário observado em todo o Estado de São Paulo. Segundo o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), mais de 8,5 milhões de paulistas com 60 anos ou mais poderão votar em outubro, contingente que corresponde a quase 25% do eleitorado estadual. Em relação a 2022, São Paulo ganhou aproximadamente 746 mil eleitores nessa faixa.

Em Nova Odessa, entretanto, a maior faixa etária isolada ainda não



Nova Odessa chega a 2026 com número de eleitores ligeiramente menor do que há quatro anos

está entre os idosos. O grupo mais numeroso é formado pelos eleitores de 45 a 49 anos, com 5.004 pessoas. Logo atrás aparecem aqueles entre 40 e 44 anos, com 4.988, e os moradores de 35 a 39 anos, com 4.644.

O perfil da cidade apresenta uma diferença em relação ao conjunto paulista. No Estado, a faixa dos 40 aos 44 anos é a maior, com aproximadamente 3,48 milhões de eleitores, seguida pelos grupos de 45 a 49 anos e de 35 a 39 anos.

As mulheres continuam predominando no cadastro eleitoral de Nova Odessa. São 24.776 eleitoras, correspondentes a 52,2% do total, diante de 22.679 homens, ou 47,8%. A diferença é de 2.097 pessoas. No Estado de São Paulo, as mu-

lheres também são maioria, com participação próxima de 53%.

raram saber ler e escrever e 459 analfabetos.

ELEITORADO CAI

Apesar da transformação do perfil etário, Nova Odessa chega a 2026 com número de eleitores ligeiramente menor do que há quatro anos. Nas eleições gerais de 2022, eram 47.897 pessoas aptas a votar. Agora, são 47.455. A diferença é de 442 eleitores, uma retração de aproximadamente 0,92% em quatro anos. O movimento contrasta com a expansão do eleitorado brasileiro, que alcançou 158,7 milhões de pessoas em 2026.

O crescimento da população idosa também coloca questões práticas para a eleição. A legislação garante atendimento prioritário às pessoas com 60 anos ou mais nos locais de votação, enquanto os maiores de 80 anos têm prioridade sobre os demais eleitores.

O primeiro turno será realizado em 4 de outubro. Os eleitores escolherão presidente e vice-presidente da República, governador e vice-governador, dois senadores, deputados federais e deputados estaduais.

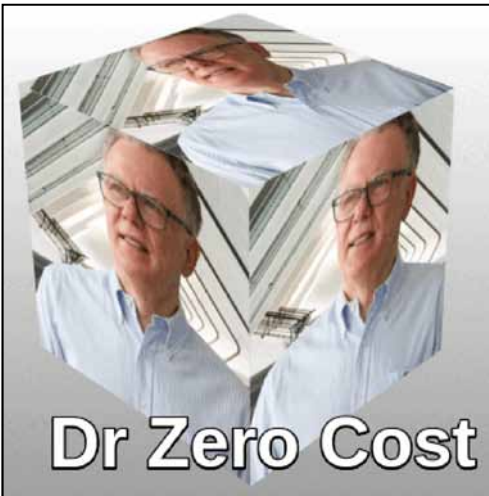
ENSINO MÉDIO LIDERA

A escolaridade é outro dado que chama atenção no município. O maior grupo é formado por pessoas com ensino médio completo: 18.956 eleitores, praticamente 40% de todo o eleitorado local.

Outros 6.184 possuem ensino médio incompleto. Somadas, as duas categorias chegam a 25.140 pessoas, ou cerca de 53% dos eleitores de Nova Odessa. No Estado de São Paulo, o ensino médio completo também ocupa a primeira posição, mas representa 33,45% do eleitorado paulista.

Nova Odessa possui ainda 7.150 eleitores com ensino superior completo e outros 2.632 com superior incompleto. Juntos, são 9.782 pessoas, correspondentes a aproximadamente 20,6% do cadastro eleitoral.

Entre os demais níveis de escolaridade, 7.568 eleitores têm ensino fundamental incompleto, enquanto 3.827 concluíram essa etapa. O cadastro registra ainda 679 pessoas que decla-



Reduzindo custos das pequenas e médias empresas

Email: drzerocost@gmail.com
Blog: www.drzerocost.com.br

tuições capazes de ouvi-los, políticas capazes de incorporá-los e uma sociedade capaz de exigir continuidade.

Talvez esse seja um dos nossos maiores problemas: sabemos muitas vezes onde estão os defeitos, mas temos enorme dificuldade para mexer neles sem imediatamente criar novos interesses em torno da tentativa de solução.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NÃO SALVARÁ O PAÍS

A inteligência artificial talvez seja uma das ferramentas mais poderosas já colocadas à disposição da humanidade.

Ela pode reduzir custos, identificar desperdícios, localizar inconsistências, comparar milhares de documentos, apoiar decisões e tornar o Estado mais eficiente.

Mas a IA não carrega consigo uma moral própria.

Sem regras, supervisão, transparência e responsabilização, ela poderá simplesmente fazer algo muito perigoso: **automatizar nossos defeitos**.

O erro que hoje alcança cem pessoas poderá alcançar cem mil em poucos segundos.

O viés de uma pessoa poderá tornar-se o viés de um sistema inteiro.

A tecnologia pode apertar o parafuso com extraordinária eficiência.

A pergunta continuará sendo: quem decidiu para qual lado ele deveria girar?

AS INSTITUIÇÕES PRECISAM FUNCIONAR COMO FORAM DESENHADAS

A Constituição brasileira distribui competências entre os Poderes e estabelece mecanismos de controle recíproco.

No papel, a arquitetura existe.

Na vida real, nenhuma arquitetura institucional funciona apenas porque está escrita.

Ela depende de instituições dispostas a exercer suas competências e, principalmente, a reconhecer os limites delas.

Democracias não se fortalecem quando um Poder substitui permanentemente o outro, quando exceções viram rotina ou quando circunstâncias extraordinárias se tornam mecanismos permanentes de governo.

O equilíbrio não exige instituições fracas.

Exige instituições fortes o suficiente para saber até onde podem ir.

A COERÊNCIA TALVEZ SEJA UMA REFORMA MAIOR DO QUE PARECE

Há uma mudança que não depende de emenda constitucional, inteligência artificial nem grandes reformas administrativas. Depende de cada um de nós.

A saída passa por não entregarmos apenas o mínimo defensável.

Passa por fazer aquilo que deveria ser feito mesmo quando ninguém está olhando.

Passa por falarmos as mesmas palavras diante da luz do sol ou do breu da noite.

Passa por não defender uma regra apenas quando ela beneficia o nosso lado.

Coerência talvez seja uma das formas mais raras de responsabilidade pública.

PRECISAMOS MERGULHAR

Vivemos uma época de opiniões instantâneas.

Os assuntos aparecem, provocam indignação durante algumas horas e desaparecem diante da próxima onda.

Aprendemos a surfar.

Talvez tenhamos desaprendido a mergulhar.

Problemas estruturais não se resolvem na superfície.

Exigem tempo, dúvida, estudo, comparação, capacidade de mudar de opinião e disposição para aceitar que algumas respostas não cabem em slogans.

Reconstruir regras pode ser doloroso.

Ao retirar exceções, talvez descubramos que parte da estrutura passou a depender delas.

Há esse risco.

Mas o medo de tocar na estrutura não pode ser argumento para conservá-la indefinidamente.

Se algo novo tiver de surgir, que não venha de um salvador, de uma inteligência artificial sem limites nem de mais uma exceção criada para corrigir a exceção anterior.

Que venha de regras compreensíveis, exceções poucas e justificáveis, instituições que conheçam seus limites e cidadãos dispostos a exigir dos outros aquilo que exigem de si mesmos.

Talvez então saibamos novamente quem paga a entrada inteira.

E, mais importante, por quê.

Há décadas o Brasil acumula erros de gestão. Esperemos que eles ainda sejam exceções — e não a regra que aprendemos a chamar de normal.

ALTO LETRAMENTO

Paulínia passa dos 90 mil eleitores e formação superior é maior no Estado

Cidade ganhou 5,8 mil votantes desde a eleição presidencial de 2022 e chega a outubro com 90.085 pessoas aptas; mais de 25 mil têm ensino superior completo ou incompleto e mulheres seguem maioria no perfil do município, dizem dados

Paulo Medina • PAULÍNIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Paulínia chega às Eleições 2026 com 90.085 pessoas aptas a votar e uma combinação de crescimento do cadastro eleitoral e elevação da escolaridade. Mais de 25 mil eleitores possuem ensino superior completo ou incompleto, fazendo da formação universitária um dos traços mais marcantes do perfil eleitoral do município. Os dados são do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o pleito deste ano.

São 18.399 pessoas com ensino superior completo e outras 6.847 com graduação incompleta. Juntas, as duas categorias somam 25.246 eleitores, equivalentes a aproximadamente 28% de todo o eleitorado paulinense.

Considerando apenas aqueles que já concluíram o ensino superior, a participação é de cerca de 20,4% do cadastro de Paulínia. O percentual supera o registrado no Estado de São Paulo, onde 15,05% dos eleitores possuem ensino superior completo, segundo o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).

Apesar desse peso, o ensino médio completo continua sendo a categoria mais numerosa no município. São 30.902 eleitores nessa condição. Outros 13.287 declararam ensino médio incompleto.

Somados, os dois grupos chegam a 44.189 pessoas, praticamente 49% do eleitorado municipal. No Estado, o ensino médio completo também lidera o perfil de escolaridade e corresponde a 33,45% dos votantes.

Percentual supera o registrado no Estado, onde 15,05% possuem ensino superior

Na distribuição por idade, os eleitores entre 45 e 49 anos formam o maior grupo de Paulínia, com 10.102 pessoas. Na sequência aparecem os moradores entre 40 e 44 anos, com 9.910, e aqueles de 35 a 39 anos, com 9.161.

Somente entre 45 e 59 anos, Paulínia possui 25.634 eleitores, ou cerca de 28,5% de todos os votantes.

A predominância dos grupos de meia-idade



82.323 eleitores estão sujeitos ao voto obrigatório em Paulínia no pleito deste ano

acompanha parcialmente o perfil paulista. No Estado, a maior concentração está entre 40 e 44 anos, seguida pelas faixas de 45 a 49 e de 35 a 39 anos.

As mulheres também aparecem à frente no cadastro de Paulínia. São 46.775 eleitoras, correspondentes a aproximadamente 51,9% do total. Os homens somam 43.305, ou 48,1%.

A diferença entre mulhe-

res e homens é de 3.470 eleitores. No conjunto paulista, as mulheres representam cerca de 53% do eleitorado.

CIDADE GANHOU MAIS DE 5,8 MIL ELEITORES

O crescimento do número de votantes é mais um destaque. Paulínia possuía 84.252 eleitores em 2022 e passou para 90.085 em 2026. Foram incorporadas 5.833 pessoas

ao cadastro, crescimento de aproximadamente 6,9% em quatro anos.

O avanço ocorre em um contexto de crescimento mais moderado do eleitorado paulista e brasileiro. São Paulo chega às eleições com 34.104.226 eleitores, equivalentes a 21,48% do eleitorado nacional. O Brasil terá pouco mais de 158,7 milhões de pessoas aptas a votar.

BIOMETRIA PASSA DE 94%

Paulínia também apresenta ampla cobertura biométrica. Dos 90.085 eleitores, 84.889 possuem biometria cadastrada, correspondentes a aproximadamente 94,23% do total. Outros 5.196 aparecem sem biometria.

O índice municipal supera o do Estado de São Paulo, onde 88,8% dos eleitores estão cadastrados biometricamente. Mesmo quem não possui biometria poderá votar normalmente em outubro, desde que esteja com a inscrição eleitoral regular e apresente documento oficial com foto.

Do total de Paulínia, 82.323 eleitores estão sujeitos ao voto obrigatório, enquanto 7.762 integram as situações de voto facultativo.

Pela Constituição, o voto é facultativo para jovens de 16 e 17 anos, pessoas analfabetas e maiores de 70 anos. Para os demais brasileiros alfabetizados entre 18 e 70 anos, o voto é obrigatório.

O primeiro turno das eleições será realizado em 4 de outubro, com eventual segundo turno marcado para 25 de outubro.

RECURSOS HÍDRICOS

Comitês PCJ apontam avanços e novos desafios para a qualidade do Rio Jundiaí

Da Redação • REGIÃO
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A história de ocupação do território, os avanços obtidos com o reequilíbrio e os desafios para a melhoria contínua da qualidade das águas estiveram no centro das discussões do 7º Conversando sobre o Rio Jundiaí, realizado nesta quarta-feira (23), no auditório Planeta Água, da DAE S/A, em Jundiaí. Com o tema “Ele passa por aqui”, o encontro foi promovido pela Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ e pelo seu Grupo de Trabalho de Enquadramento dos Corpos d’Água (GT-Enquadramento).

A programação teve início com a abertura do evento, que contou com a participação do diretor-presidente do DAE Jundiaí, Daniel Bocalão Júnior. Na sequência, o primeiro bloco reuniu três apresentações técnicas. O mestre, educador e historiador Alexandre Augusto de Oliveira abordou a ocupação histórica do território de Jundiaí a partir do Rio Jundiaí. Em seguida, o professor e mestre da Fatec Anchieta, Cláudio da Cunha, apresentou aspectos relacionados ao uso e à ocupação do território na calha do rio. Encerrando o bloco, o biólogo e gerente da Cetesb Jundiaí, Domenico Tremaro-

li Filho, apresentou o “Relatório Técnico e Acompanhamento do Atendimento às Metas de Atualização do Enquadramento em Trechos do Rio Jundiaí”, com dados sobre a qualidade das águas e o cumprimento das metas estabelecidas.

Após o intervalo, a programação contou com uma roda de conversa, mediada por Sandra Yukari Shirata Lanças, presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) – Regional Sorocaba. O momento promoveu o diálogo entre os participantes a partir dos conteúdos apresentados e ampliou a discussão sobre a relação entre o rio, o território e as atividades desenvolvidas em sua bacia.

Para a coordenadora-adjunta da CT-OL, Cecília Aranha, o encontro representou um momento de mudança na forma de compreender o Rio Jundiaí e sua relação com o território. Segundo ela, os participantes passaram a olhar de maneira mais integrada para a ocupação territorial, as pessoas e as diferentes atividades que influenciam a dinâmica da bacia.

“O que eu pude observar é que todas as pessoas que estiveram aqui e participaram do evento já começaram a olhar o Rio Jundiaí na forma da sua ocupação territorial, de pessoas e das atuações que temos aqui. Eu vejo que é um momen-



Especialistas discutiram qualidade da água, ocupação territorial e novos desafios

to de virada de chave para a gente pensar melhor nesse relatório técnico que foi apresentado aqui e é feito em parceria”, destacou.

Para Cecília, o acompanhamento da efetivação do enquadramento precisa incorporar de forma mais ampla os diferentes fatores que interferem no território. “O relatório precisa ter um recheio maior falando dessa dinâmica de ocupação territorial, vários fatores que influenciam toda essa questão do território. E a novidade são os outros condicionantes que estão entrando de fato nessa efetivação, como a questão da drenagem de águas pluviais e uma preocupação maior sobre essa questão”, explicou.

Ela também ressaltou a necessidade de considerar a poluição difusa e as soluções baseadas na natureza

nas estratégias para a bacia. Segundo Cecília, embora já exista um plano de drenagem da Bacia do Rio Jundiaí, essa abordagem ainda precisa avançar na incorporação dos impactos da poluição difusa. “Eu vejo que é um momento bem futurista, estamos começando a pensar lá na frente. Quatro anos depois, estamos conseguindo enxergar melhor”, afirmou.

Outro ponto destacado pela coordenadora-adjunta é a criação, no âmbito da CT-OL, de um grupo para discutir os impactos do licenciamento ambiental municipalizado na Bacia do Rio Jundiaí e sua relação com a efetivação do enquadramento. “Isso vai ser trabalhado durante as reuniões da CT-OL com a criação de um grupo para discutir sobre o impacto

do licenciamento ambiental municipalizado aqui na Bacia do Rio Jundiaí, que vai impactar a efetivação do enquadramento. Então, a gente já está avançando”, concluiu.

O reequilíbrio do Rio Jundiaí é resultado de um processo histórico de planejamento e articulação entre diferentes setores. O manancial foi o primeiro curso d’água do país a ser totalmente reequilibrado, passando da Classe 4 para a Classe 3. Para o diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, Sergio Razera, a experiência demonstra que o reequilíbrio não deve ser entendido como uma ação pontual, mas como um processo permanente de acompanhamento e planejamento.

“Quando falamos em reequilibrar um rio, co-

mo aconteceu aqui no caso do Jundiaí, é fundamental que também tenhamos claro que estamos falando em continuidade do planejamento. Enquadrar um rio não é um momento, não é um dia, não é um ano. É a vida toda esse processo. Todos os dias, todos os meses, todos os anos precisamos olhar o que está acontecendo, reestruturar, reavaliar e continuar melhorando”, afirmou.

Razera também destacou os resultados apresentados durante o encontro, especialmente os dados de qualidade da água ao longo da bacia. Segundo ele, a melhoria observada é resultado do comprometimento de diferentes setores, com avanços na coleta e no tratamento de esgoto e a participação de municípios e indústrias. “Esse processo, como eu disse, é contínuo. Precisamos continuar captando e tratando o esgoto e fazendo ações o tempo todo para manter e buscar sempre melhorar a qualidade do rio”, ressaltou.

Para o secretário-executivo dos Comitês PCJ, Denis Herisson da Silva, o encontro também possibilitou resgatar a trajetória de transformações do Rio Jundiaí e reconhecer a contribuição de pessoas que participaram dos primeiros esforços de recuperação do manancial.

“Neste evento conhecemos essa trajetória e também pudemos encontrar diversos atores, inclusive antigos membros dos Comitês PCJ, que foram pioneiros no processo de despoluição e recuperação deste rio”, afirmou.

EM VIGOR

Nova lei reorganiza Conselho Tutelar e políticas de infância em Hortolândia

Norma sancionada em setembro estabelece horários de atendimento, novas regras para a escolha dos conselheiros e aumenta as exigências de transparência na aplicação de recursos destinados a crianças e aos adolescentes da cidade

Paulo Medina • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Hortolândia passou a ter novas regras para o funcionamento dos Conselhos Tutelares e para a gestão das políticas voltadas às crianças e adolescentes. A Lei nº 4.692/2026, sancionada pelo prefeito Zezé Gomes (Republicanos), reorganiza a atuação dos dois Conselhos Tutelares da cidade, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCRIA).

Uma das mudanças que afetam diretamente a população está no horário de funcionamento dos Conselhos Tutelares. As duas unidades deverão manter atendimento presencial das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira.

O atendimento espontâneo, quando a pessoa procura o órgão sem agendamento, ficará concentrado das 8h às 11h30. Após esse horário, deverão ser priorizados os casos previamente agendados e situações classificadas como urgentes ou emergenciais.

Às quintas-feiras, o atendimento presencial sem agendamento ficará restrito às ocorrências urgentes e emergenciais. Nesse dia, parte do expediente será dedicada a ca-



Legislação prevê novas regras para atendimento e funcionamento dos Conselhos Tutelares

pacitações, reuniões internas e encontros com integrantes da rede municipal de proteção à infância e adolescência.

A lei também tenta evitar que um Conselho Tutelar permaneça desfalcado por períodos prolongados. Quando houver licença, afastamento ou vacância de um conselheiro titular, o Poder Executivo deverá convocar um suplente em até 48 horas.

Hortolândia mantém dois Conselhos Tutelares. Cada unidade é formada por cinco conselheiros titulares e cinco suplentes, com mandato de quatro anos.

A escolha continuará sendo feita pela população por meio de voto direto e secreto. O processo ficará sob responsabilidade do CMDCA e terá fiscalização do Ministério Público.

CANDIDATOS TERÃO DE COMPROVAR EXPERIÊNCIA
A nova legislação também estabelece requisitos para quem quiser concorrer ao cargo de conselheiro tutelar.

Entre as exigências estão idade mínima de 21 anos, ensino médio completo e pelo menos três anos de experiência em atividades relacionadas à defesa ou ao atendimento dos direitos

de crianças e adolescentes. O candidato também deverá comprovar residência em Hortolândia pelo período mínimo estabelecido na legislação e atender às demais condições definidas para o processo de escolha.

A lei ainda fixa em R\$ 7.367,38 o subsídio mensal dos conselheiros tutelares. Além da remuneração, são previstos direitos como 13º salário, férias de 30 dias com adicional de um terço, cobertura previdenciária, licenças maternidade e paternidade, vale-transporte, cesta básica, auxílio-refeição e auxílio-saúde.

PRESTAÇÃO DE CONTAS SEMESTRAL

Outra mudança importante está relacionada ao dinheiro destinado às políticas municipais para crianças e adolescentes.

A lei reorganiza o FUMCRIA, fundo usado para financiar programas, projetos e ações de promoção e proteção dos direitos desse público.

Entre as fontes de recursos previstas estão transferências governamentais, convênios, doações, rendimentos de aplicações financeiras, multas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e valores destinados por contri-

buintes por meio do Imposto de Renda.

Esses recursos poderão financiar projetos de prevenção a violações de direitos, fortalecimento de vínculos familiares, atendimento socioeducativo, campanhas educativas e ações desenvolvidas por entidades governamentais e organizações da sociedade civil.

A nova legislação também cria obrigações de transparência. O CMDCA deverá publicar informações sobre sua composição, competências e decisões e divulgar, a cada seis meses, um relatório com as deliberações tomadas, a execução financeira do FUMCRIA e os programas e entidades que receberam recursos.

O conselho terá 16 membros titulares e outros 16 suplentes. Metade será formada por representantes indicados pelo poder público e a outra metade por integrantes da sociedade civil escolhidos entre entidades cadastradas.

Os mandatos terão duração de dois anos, com possibilidade de uma recondução pelo mesmo período.

Entre as atribuições do CMDCA estão definir prioridades para as políticas municipais voltadas à infância e adolescência, acompanhar os resultados das ações e decidir sobre a aplicação dos recursos do fundo.

OPORTUNIDADE

Hortolândia abre seleção com 500 vagas para auxiliar logístico

Da Redação • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Hortolândia oferece mais uma oportunidade para pessoas que procuram trabalho. A Prefeitura realiza o Encontro Mensal

de Emprego, na segunda-feira (28/09). Serão disponibilizadas 500 vagas para o cargo de auxiliar logístico. O evento acontece das 9h às 15h no Paço Municipal, localizado na rua Professora Celina Fran-

ceschini Bueno, 100, Jardim Metropolitano. A ação é promovida pelo município em parceria com a empresa de varejo online Mercado Livre.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico,

Trabalho, Turismo e Inovação orienta os candidatos a comparecerem ao evento com os documentos Carteira de Identidade, CPF (Cadastro de Pessoa Física), Carteira de Trabalho (em formatos papel ou di-

gital) e currículo (em formatos impresso ou digital).

ENCONTROS NESTE MÊS

Durante este mês, a Prefeitura de Hortolândia já realizou, em caráter excepcional, outros dois En-

contros Mensais de Emprego nos dias 11/09, em parceria com a empresa de recrutamento Servsul, que selecionou candidatos para a empresa farmacêutica EMS, e 17/09, em parceria com o Mercado Livre.



Tribuna Legal

Andressa Martins

É proprietária e fundadora do escritório Andressa Martins Advocacia, em Sumaré/SP. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica - PUC de Campinas, desde 2006, atua como advogada há mais de 17 anos. Atualmente é Vice-presidente da Comissão de Seguridade Social pela OAB Sumaré.

andressa@andressamartins.adv.br | @andressamartinsadvocacia
End.: Rua Ipiranga, 234, Centro, Sumaré / SP
Fone (19) 3873-5839 / 99177-2504

STF iguala licença-maternidade de mães adotantes e biológicas

Decisão garante 120 dias de afastamento, independentemente da forma de constituição da maternidade, e alcança licenças em andamento

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em 23 de setembro de 2026, que mães adotantes têm direito à mesma duração de licença-maternidade assegurada às mães biológicas. O julgamento da ADI 7495 foi concluído por unanimidade.

Com isso, fica garantido o período de

120 dias de licença-maternidade, sem redução em razão da idade da criança ou do vínculo profissional ou funcional da mãe.

A decisão abrange trabalhadoras regidas pela CLT, servidoras públicas civis e militares da União e integrantes do Ministério Público da União.

LICENÇA-MATERNIDADE E SALÁRIO-MATERNIDADE SÃO DIFERENTES

A licença-maternidade corresponde ao afastamento do trabalho. Já o salário-maternidade é o benefício previdenciário destinado a garantir renda durante esse período, conforme os requisitos legais.

Para as seguradas do INSS que adotam uma criança ou obtêm guarda judicial para fins de adoção, o salário-maternidade já era concedido por 120 dias, independentemente da idade da criança, desde a Lei 12.873/2013.

Portanto, a decisão do STF não aumentou a duração básica do salário-maternidade pago pelo INSS, mas uniformizou o tratamento da licença nos diferentes regimes de trabalho e serviço público.

QUEM PODE TER DIREITO A 180 DIAS?

O período básico permanece em 120 dias. A prorrogação por mais 60 dias depende das regras aplicáveis a cada vínculo.

No setor privado, a extensão está vinculada ao Programa Empresa Cidadã, que permite a ampliação da licença nas empresas participantes.

Assim, a decisão não garante automaticamente 180 dias de afastamento para todas as mães.

A LICENÇA PODE SER COMPARTILHADA COM O PAI?

Não. O STF não autorizou o compartilhamento da licença entre os responsáveis pela criança. A possibilidade de instituir uma licença parental compartilhada depende de regulamentação legislativa.

O julgamento também afastou a redução do período de afastamento conforme a idade da criança adotada, assegurando tratamento equivalente ao da maternidade biológica.

A DECISÃO VALE PARA QUEM JÁ ESTAVA DE LICENÇA?

Sim. O entendimento alcança as licenças iniciadas a partir de 23 de setembro de 2026 e aquelas que ainda estavam em andamento nessa data.

Por outro lado, licenças encerradas anteriormente não serão reabertas em razão do julgamento.

A decisão reforça a igualdade de direitos entre mães biológicas e adotantes, garantindo proteção equivalente à maternidade e ao período de adaptação e cuidado da criança, sem distinção pela forma como o vínculo familiar foi constituído.

Você gostou deste conteúdo? Para mais informações, continue acompanhando nossa coluna semanal. Tenha um excelente domingo!

MEIO AMBIENTE

Americana cria metas para aumentar reciclagem e reduzir lixo para aterros

Plano atualizado pela Lei nº 7.069 estabelece série de ações para coleta seletiva, ecopontos, resíduos da construção civil e educação ambiental; cidade gera mais de 232 toneladas de resíduos por dia e fixou os objetivos para serem alcançados

Paulo Medina • AMERICANA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Americana passou a ter novas metas para coleta de lixo, reciclagem, funcionamento de ecopontos, redução de descartes irregulares e destinação dos resíduos produzidos na cidade. As diretrizes fazem parte da atualização do PMGIRS (Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos), transformada em lei pelo prefeito Chico Sardelli (PL).

O documento tem 103 páginas e estabelece ações que envolvem desde o lixo colocado diariamente nas calçadas pelos moradores até resíduos de construção civil, móveis descartados, materiais recicláveis, pneus, óleo, resíduos hospitalares e produtos sujeitos à logística reversa.

O tamanho do desafio aparece no próprio diagnóstico usado pela Prefeitura. Em 2024, Americana registrou geração média de 232,6 toneladas de resíduos por dia. Desse total, aproximadamente 197,37 toneladas eram provenientes da coleta convencional domiciliar, 30,4 toneladas correspondiam a resíduos volumosos e inservíveis, 4,56 toneladas a recicláveis e 270 quilos a resíduos de serviços de saúde.

A geração estimada ficou em 0,85 quilo por habitan-



Plano fixa novas metas para coleta, reciclagem e destinação de resíduos em Americana

te a cada dia. O documento também aponta que a coleta convencional alcança toda a área do município, com frequência mínima de três vezes por semana. Uma das metas estabelecidas é manter essa cobertura integral.

Um dos focos do novo plano é aumentar o aproveitamento do material que hoje vai para o lixo comum. A análise gravimétrica reproduzida pelo município mostra que os materiais recicláveis representavam 19,3% dos resíduos domiciliares avaliados em 2003 e caíram para 7,4% em 2021.

Americana já possui coleta seletiva dividida em 20

setores, realizada de segunda-feira a sábado e também em feriados. Segundo o plano, o município disponibiliza ainda 30 Pontos de Entrega Voluntária para materiais recicláveis.

Entre as metas de longo prazo está fazer com que os recicláveis correspondam a pelo menos 1,5% do total recolhido na coleta domiciliar em cada modalidade prevista pelo plano, além da recuperação de pelo menos 6% dos materiais recicláveis por meio de unidade de tratamento mecânico. O planejamento prevê que, futuramente, somente o material classificado co-

mo rejeito seja encaminhado para aterro sanitário.

O plano também estabelece como objetivo manter pelo menos 12 ecopontos sob gestão terceirizada no horizonte de longo prazo. Os equipamentos são destinados principalmente ao descarte de materiais que não podem ser colocados na coleta domiciliar convencional.

A construção civil aparece como outro ponto de atenção. Dados incluídos no documento mostram que, entre junho de 2021 e abril de 2022, foram geradas 69.070 toneladas de resíduos desse setor. No

mesmo período, os ecopontos municipais receberam 2.367 toneladas provenientes da construção civil.

Para os pequenos geradores, definidos como aqueles que produzem até um metro cúbico de resíduos por dia, o município mantém pontos específicos de recebimento. Já o transporte e a destinação de volumes maiores obedecem a regras próprias e mecanismos de fiscalização.

A atualização do plano também trata do antigo Aterro Sanitário Municipal de Americana. O documento reconhece a existência de passivo ambien-

tal na área, que se encontra em processo de encerramento acompanhado pela Cetesb. O município informou que foi elaborado um Plano de Recuperação do Aterro, com investigação ambiental, avaliação de risco e instalação de poços para monitoramento de gases.

Outro eixo é a logística reversa, sistema em que fabricantes, distribuidores, comerciantes e consumidores compartilham responsabilidades pela destinação de determinados produtos depois do uso. O plano menciona itens como pneus, óleos lubrificantes, pilhas, baterias e embalagens de agrotóxicos.

A lei prevê ainda uma série de ações de educação ambiental. Entre elas estão campanhas sobre coleta seletiva e ecopontos, atividades nas escolas, orientação porta a porta, capacitação de agentes comunitários de saúde, incentivo à compostagem e ações direcionadas a comerciantes, feirantes e organizadores de eventos.

No horizonte de quatro a dez anos, uma das metas é ampliar em 100% o alcance dos projetos de educação ambiental e atingir todas as unidades educacionais do município. O plano também prevê intensificação de campanhas sobre reciclagem.



ALMANAQUE SERTANEJO

Diego Vivan
e-mail: diego.vivan@gmail.com

Debora Grassi conquista Barretos e prepara lançamento de nova música

E quem disse que o raio não cai duas vezes no mesmo lugar? O raio da música sertaneja, Debora Grassi, se apresentou, neste ano no mês de agosto, pela segunda vez consecutiva na Festa do Peão de Barretos. O convite foi feito através da Comendadora dos Independente, Helenice Cunha. O Palco Raízes foi o local onde o público pôde parar, prestigiar e conhecer melhor o repertório e a presença marcante de Debora Grassi como uma das maiores intérpretes do Brasil.

Natural da cidade de Pato Branco, interior do Estado do Paraná, mas criada em Araucária, também no Paraná, Debora Grassi conheceu a música ainda criança aos oito anos de idade, graças a influências de seus tios e de seu irmão. Cresceu ouvindo MPB, principalmente a cantora Elis Regina, mas o sertanejo sempre teve o seu coração. Chitãozinho & Xororó entre outros grandes nomes da música do gênero, como Zezé di Camargo & Luciano e Milionário & José Rico eram trilha sonora de seus ouvidos.

Durante a sua adolescência, na escola, participou de vários festivais de música, sempre com destaque, além de ter atuado no Teatro, o que ajudou a moldar sua carreira artística. Debora iniciou com a música no coral da igreja. Posteriormente, na época, a Secretaria de Cultura e Turismo de Araucária encaminhava alguns artistas para festivais de música pelo Paraná, tendo a oportunidade de representar o município em muitos festivais. Também deram a ela a oportunidade de gravar uma música, em uma faixa, na época, em vinil, na qual outros artistas também participaram, contando a história da cidade. A partir daí se apresentou em várias casas de shows e eventos particulares.

Entre prioridades da vida, Debora foi ajustando o curso da sua jornada. Buscando novos horizontes e oportunidades, ela mudou-se para o município de Jundiá, interior do Estado de São Paulo. Em terras paulistas reacendeu novamente a chama pela música. Participou de inúmeros programas de televisão, rádio e podcasts. Com ótima facilidade de se comunicar, comandou alguns episódios do podcast Hoje Quero Mais.

HOMENAGEM

Neste ano, alguns artistas da época de infância e adolescência do convívio de Débora Grassi na cidade de Araucária fizeram um documentário da parte artística a qual se desenvolvia na época e citaram o nome da artista algumas vezes no documentário o qual a deixou profundamente emocionada, marcando uma época tão especial na vida da artista, graças ao reconhecimento do talento desenvolvido na sua cidade de criação.

Vale destacar também, que no dia 24 de agosto, data que comemora o Dia do Artista, Debora Grassi recebeu um convite da empresária Ruthineia de Carvalho para cantar o Hino Nacional na Câmara



Municipal de São Paulo - Palácio Anchieta. Sua interpretação com sensibilidade marcou e emocionou a todos presentes. Na ocasião, Debora foi eleita pela imprensa, opinião pública e diretoria da CBTur VIP como Embaixadora dos Artistas.

PROJETO AUTORAL

Em 2025 lançou a sua primeira música autoral, evidenciando o seu lado compositora. De sua autoria, “Já sabe o que eu acho” repercu-

tiu bem nas plataformas de distribuição musical fazendo parte de várias playlists. O single contou com a produção musical de Thiago Batata. A direção de vídeo foi da Clip Studio. Para 2026, Debora Grassi pretende lançar uma nova música e trabalhá-la nos quatro cantos do país. Com carisma, talento, simpatia e posicionamento, Debora Grassi segue desbravando novos lugares e palcos pelo o Brasil.

Além da habilidade em interpretar os maiores sucessos da música sertaneja e de outros gêneros musicais, a artista conquista fãs e admiradores por onde passa, fazendo da música, uma melodia perfeita para tocar o coração das pessoas.

Para ouvir suas músicas e conhecer um pouco mais de Debora Grassi, acesse @deboragrassi.official.

BOA PROSA

Comunicação

Produção de Conteúdo

Assessoria de Imprensa

(19) 97110-5606

AUTOR DO TEXTO



Júlio José Campigli

Cronista e
Diretor da Pró-Memória

Octávio Tomazin

Empresário, cidadão com intensa participação na sociedade sumareense na parte política, religiosa, musical e esportiva



Octávio Tomazin



Octávio Tomazin e Anani Bueno na foto do casamento

Trata-se de Octávio Tomazin, nascido em Sumaré, em 12 de novembro de 1936, filho de Santo Tomazin e Elvira Consulin Tomazin, com família formada ele e dois irmãos: Arnaldo Tomazin e Rosa Tomazin.

Durante sua juventude Octávio gostava muito de frequentar o “footing” na Praça da República e assim conheceu Anani Bueno (nascida em 15/04/1937). Iniciaram namoro que terminou com casamento em 12 de abril de 1958 e deste enlace nasceram os filhos: Elvira Tomazin, Sandra Tomazin e Evani Tomazin, que aumentaram a família com 03 netos, 03 netas e 02 bisnetos.

Como seus pais tiveram muitas mudanças de cidades, isso fez com que Octávio participasse seus estudos de ensino fundamental em diversas localidades. Iniciou seus estudos numa escola no centro de Santa Bárbara D'Oeste, depois continuou em uma Escola Rural de Nova Veneza; após, foi continuar estudos numa Escola Rural de Jacuba (hoje: Hortolândia), e concluiu na Escola Prof. André Rodrigues de Alkmin, no centro de Sumaré. Após a conclusão, iniciou estudos e concluiu sua formação de marceneiro na Escola SENAI “Roberto Mange”, de Campinas. Lembra com muito carinho seus amigos de estudos: Ulisses Pedroni e Flávio Pedroni.

Na vida profissional foi marceneiro com pequena oficina na Rua Antônio do Valle Mello, nos fundos de uma tecelagem; com o crescimento dos serviços constituiu uma indústria: a Indústria de Lançadeiras São José, primeiramente na Rua Antônio do Valle Mello e depois em prédio próprio, na Rua 7 de Setembro (Vila Menuzzo).

Como bom descendente de italianos, gostava muito de música e assim integrou por vários anos a Banda do Pico Barroca, tocando seu instrumento preferido que era o pistom. Também fez parte da equipe de Valter e seu Conjunto. Foi Diretor da Orquestra Skindó, muito famosa, pois se apresentava em muitos bailes em

diversas cidades do interior paulista e até do sul de Minas Gerais. Na política, recebeu convite do vereador (e cunhado) Geraldo Barijan para ser candidato a vereador. Aceitou, foi candidato e ganhou, sendo vereador na 5ª Legislatura (1970 a 1972), sendo eleito Presidente da Câmara no período de 1970-1971.

Foi fundador e presidente da Sociedade Operária Sumareense, fundada em 25/01/1967 e em 1968 ganhou um terreno da Prefeitura de Sumaré em 1968, onde a Sociedade está instalada até dias atuais. Na parte esportiva, em sua juventude, participou do time Palmeirinha, que jogava em Sumaré e cida-

des da região. Muitas vezes esse time juvenil ia na carroceria de caminhão seu pai para cidades vizinhas. Lembra de companheiros do time: Chico Rosa, Alceu Lorençatto, Jaime Marques, Tita Marques, Nenê Salgado, como também recorda de dirigentes do time: Nenê Fabri e Alfredo Teixeira.

É católico, embora não praticante, mas sempre se apresentava nos eventos religiosos da Igreja Matriz de Sumaré abrilhantando eventos.

HOMENAGEM DO SENAI

Uma das fotos desta página se refere a um trecho do jornal “A GAZETA”, de São Paulo, falando da Carta de Ofício entregue à 12ª Turma dos alunos da Escola SENAI “Roberto Mange”. No lado direito, os formandos dessa turma; no lado esquerdo dois alunos contemplados com uma premiação especial, por terem sido os primeiros colocados em suas respectivas categorias – no caso de Octávio, que está à direita, como marceneiro. Além da Carta de Ofício, Octávio recebeu uma premiação em dinheiro, depositada numa conta oficial na Caixa Econômica Federal. Octávio tinha 16 anos de idade.

A Associação PRÓ-MEMÓRIA de Sumaré parabêniza o cidadão Octávio pelos excelentes trabalhos prestados e pelo legado deixado para nossa sociedade.

Entrega de Cartas de Ofício na Escola SENAI de Campinas



Os alunos João Almeida e Octávio Tomazin, em meio aos profs. José Ribeiro de Moraes Filho, inspetor do SENAI na Zona Paulista e Edmar Monteiro, diretor do referido estabelecimento.

Campinas, 18 (Da original de A GAZETA) — Conforme notícia que circulou em edição de ontem, a Escola Senai desta cidade acaba de proceder à entrega de Cartas de Ofício aos concluintes de sua terceira turma de formandos, num total de 49 alunos, de ambos os sexos.

Como os seus antecessores, os alunos formandos pela Escola Senai são homenageados por ocasião das atividades que ocorreram e nas quais assistiu de especialista. Por outro lado, o referido estabelecimento de ensino industrial, formando artilheiros de recrutamento, distribuiu por todo o Estado documento que versa sobre a técnica de especialidade em que se formaram.

Classificados em primeiro lugar na turma em serviço que vem a receber, João Carlos de Oliveira

o jovem Octávio Tomazin, que fez o curso de marceneiro, de duração de três anos. Conta desse aluno de idade tendo filho do sr. Paulo Tomazin e de d. Elvira Consulin. Homenagem aos concluintes de sua terceira turma de formandos da Escola Econômica, num o depósito inicial de R\$ 500,00.

A jovem Elvira Miranda, que fez o curso de costura, foi classificada em primeiro lugar em segundo lugar. A turma foi formada em 1968 e o curso foi um dos últimos a ser instituído na Escola Senai local, sendo agora a primeira turma de formandos.

Como João Almeida, descesta aluno de idade, sendo filho do sr. João Almeida e de d. Maria Gomes Miranda, levou também recebido como prêmio uma caderneta da Caixa Econômica com o depósito inicial de R\$ 500,00.

EM CAMPINAS

Entrega de cartas de ofício a alunos da Escola SENAI

Composta de 49 alunos, de ambos os sexos, a 12.a turma de formandos daquele estabelecimento



A 12.a turma de formandos da Escola SENAI de Campinas, sentou-se no centro os professores José Ribeiro Mendes Filho, inspetor do SENAI, e Edmar Monteiro, diretor do referido estabelecimento.

Campinas, 16 (Dep. A GAZETA) — Elevar-se domingo último, na Escola Senai desta cidade, a entrega de Cartas de Ofício à decima segunda turma de aprendizes, que vem de concluir o primeiro semestre do corrente ano nos cursos de alçadores, ferramenteiros, eletricistas, marceneiros, fundidores de aço, soldagem de solda, para o curso diurno, constituindo os últimos a 1.a turma formada em nova cidade.

o curso foi realizado no Pavilhão Social do referido estabelecimento de ensino, com início às 15 horas, contando-se ali o comparecimento dos srs. Pedro Galvão Pires, delegado do Centro das Indústrias em

Sociedade Geográfica Brasileira “VIAJANDO PELAS AMÉRICAS”

REGISTRO POLICIAL

Recorte do jornal “A Gazeta”









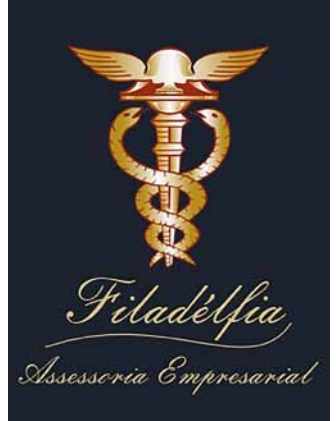


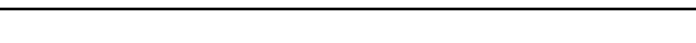


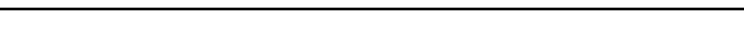


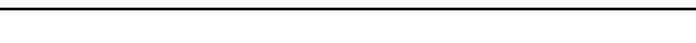










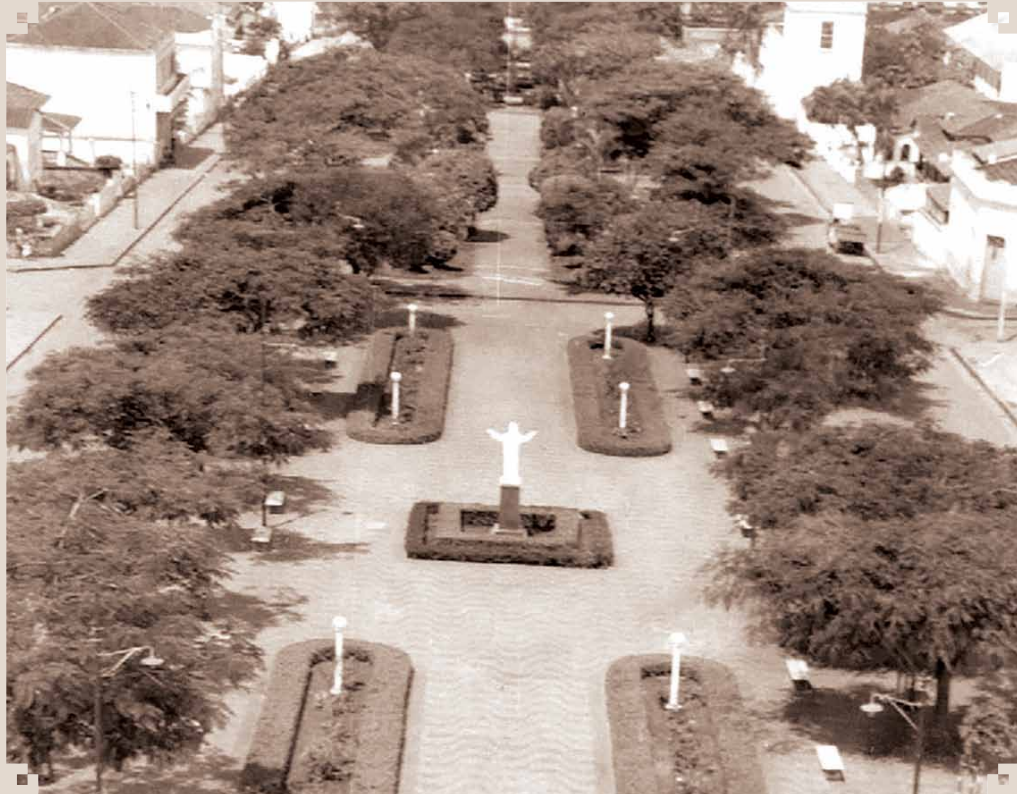


WALTER VIEIRA



O Doutor Walter Vieira, que vemos nesta foto recebendo um papel das mãos de José Lins Phenis, foi o segundo Juiz de Direito da Comarca de Sumaré (de 27 de abril de 1973 a 6 de fevereiro de 1979). A exemplo de seu antecessor (o doutor José Geraldo Barreto Fonseca), morava com a família em nossa cidade. Registro da década de 1970.

PRAÇA DA REPÚBLICA



Fotografia da Praça da República, da década de 1950, tirada do alto da Igreja Matriz de Sant'ana. Nessa época a praça era o principal ponto político e cultural da cidade. No lado direito vemos o Posto Policial, o Bar Jardim e a antiga sede da Cia. Paulista de Força e Luz. No lado esquerdo, o maior destaque é para o prédio do Hotel Máximo Biondo.

DONA MARICA

Maria Barijan de Vasconcellos, a dona "Marica", que vemos nesta foto da década de 1920, era a esposa de João de Vasconcellos, nora do fazendeiro Manoel de Vasconcellos (Manéco). Era filha de Francisco Barijan e Mariana Barijan. Faleceu no dia 12 de novembro de 1977, com 73 anos de idade.



DOUTOR DOTTO



O Doutor Orlando Dotto era um renomado médico cirurgião de Campinas. Trabalhou em diversos hospitais daquela cidade, principalmente na Beneficência Portuguesa. Para sorte dos sumareenses, trabalhou por algum tempo no Pronto-Socorro Municipal. Nesta foto da década de 1970, o médico está no centro, ladeado por Geraldo Costa Camargo (Vereador), Euclides Miranda (Vice-Prefeito) e João Smânio Franceschini (Prefeito de 1973 a 1976). Não identificamos a pessoa entre o Prefeito e o médico.

CICLISTAS DE SUMARÉ



Cinco ciclistas de Sumaré estão nesta fotografia da década de 1950. São eles, da esquerda para a direita: Eduardo Cestari (Tito), José de Vasconcellos (Zéca), José Bertucci, Mário Cestari (Naio) e Arlindo Rodrigues (Espanhol).

TIDE MIRANDA



Euclides Miranda foi vice-prefeito em dois mandatos em nosso município (1967 e 1973) e vereador num terceiro (1977). Foi também presidente do Clube União Cultural XVI de Dezembro, local onde está nesta foto, com a esposa Leontina Ricatto Miranda e a filha Liana Miranda. Registro da década de 1970. Euclides, o "Tide", faleceu no dia 20 de outubro de 1978.

AUTOR DO TEXTO



Nelson de Luccas

Professor de História e Cronista

Monte Mor, Elias Fausto e a Revolução Constitucionalista de 1932 (I)



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Sílvio Pires de Campos

A Revolução Constitucionalista de 1932 foi um dos acontecimentos mais importantes da história do estado de São Paulo. O movimento surgiu como uma reação ao governo provisório de Getúlio Vargas e defendia a convocação de uma nova Constituição para o país. Embora os principais combates tenham ocorrido em diferentes regiões paulistas, cidades do interior também tiveram papel fundamental no esforço de mobilização. Entre elas destacam-se Monte Mor e Elias Fausto, que na época ainda era distrito de Monte Mor.

Desde o início da revolução, a população local demonstrou grande entusiasmo pela causa constitucionalista. Inspirados pelo movimento MMDC, formado em homenagem aos estudantes Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, mui-

tos jovens e trabalhadores da região se apresentaram como voluntários para integrar as forças paulistas. O sentimento predominante

era de que a defesa da Constituição representava uma luta pela democracia, pela cidadania e pelos direitos do estado de São Paulo.

Em Monte Mor, o clima de união foi marcante. Famílias inteiras participavam de reuniões, eventos cívicos e campanhas de apoio aos combatentes. A população acompanhava atentamente as notícias da guerra e procurava contribuir de diferentes formas para fortalecer o movimento. Como Elias Fausto ainda fazia parte administrativamente de Monte Mor, seus moradores também participaram dessa mobilização coletiva, compartilhando os mesmos ideais e colaborando com as iniciativas organizadas na cidade.

Além do apoio moral, a população ofereceu importante ajuda material. Uma das ações mais conhecidas foi a campanha “Ouro para o Bem de São Paulo”, que incentivava os cidadãos a doarem alianças, joias e outros objetos de valor para financiar o esforço de guerra. Em Monte Mor, diversas famílias aderiram à campanha, demonstrando espírito de sacrifício e compromisso com a causa constitucionalista.

A contribuição dos agricultores da região também foi essencial. Monte Mor e Elias Fausto possuíam forte atividade agrícola, o que permitiu a arrecadação de alimentos destinados às tropas paulistas. Sacas de milho, feijão, café e outros produtos eram encaminhadas para ajudar no abaste-

cimento dos combatentes. Essas doações garantiam melhores condições para aqueles que estavam na linha de frente, evidenciando a importância do interior paulista para a manutenção do movimento.

Outro aspecto relevante foi a circulação do chamado “dinheiro paulista”, emitido pelo governo do estado durante o conflito. Esses bônus ajudaram a sustentar a economia local em um período de dificuldades causadas pelo bloqueio imposto pelo governo federal. A população aceitou essa forma de pagamento como demonstração de confiança no movimento e de apoio ao esforço paulista.

As mulheres e os jovens também tiveram papel fundamental. Muitos atuaram como voluntários na produção de uniformes, bandei- ras, curativos e mantimentos. Esse trabalho, realizado longe dos campos de batalha, foi indispensável para o funcionamento da estrutura de apoio aos soldados. A participação feminina mostrou que a revolução não envolveu apenas os combatentes, mas toda a sociedade.

O entusiasmo inicial da população era acompanhado de um forte sentimento de orgulho. Entretanto, a guerra também exigiu sacrifícios. Muitas famílias abriram mão de

bens pessoais, dedicaram tempo ao voluntariado e enfrentaram dificuldades econômicas para contribuir com a causa. Mesmo após a derrota militar dos constitucionalistas, o esforço realizado pelos moradores de Monte Mor e Elias Fausto permaneceu como motivo de reconhecimento e respeito.

A participação dessas localidades pode ser comparada à de outras cidades da região, como Capivari, onde também houve intensa mobilização cívica, arrecadação de joias, doações de alimentos e apoio logístico aos combatentes. Esse envolvimento mostra que a Revolução Constitucionalista de 1932 não foi sustentada apenas pelo governo estadual ou pelos soldados, mas também pela população civil organizada.

Assim, Monte Mor e Elias Fausto desempenharam papel importante na Revolução de 1932. O entusiasmo dos voluntários, as campanhas de arrecadação, as doações de alimentos e o trabalho dos moradores demonstram que o interior paulista contribuiu de maneira decisiva para o movimento constitucionalista.

Foto: Sílvio Pires de Campos (Silvinho). Um dos representantes de Monte Mor que participou da Revolução de 1932

LÁZARO E ESMERALDA



Fotografia do casal Lázaro Manoel Rodrigues (Gico) e Esmeralda Rodrigues. Lázaro nasceu em Monte Mor, em 10 de abril de 1935, e faleceu na mesma cidade em 14 de junho de 1985. Esmeralda Rodrigues, também natural de Monte Mor, nasceu em 01 de julho

de 1940 faleceu em 2 de maio de 2020. O casal descansa no Cemitério Municipal de Monte Mor, deixando um valioso legado de honestidade, trabalho, amor e dedicação à família. Foram pais exemplares, cuja vida foi marcada pelo carinho, pela retidão de caráter e pelos ensinamentos que transmitiram aos filhos, permanecendo vivos na memória e no coração de todos que tiveram o privilégio de conhecê-los.

JOÃO BUENO DE OLIVEIRA FILHO (BUENINHO)



João Bueno Filho, carinhosamente conhecido como Bueninho, nasceu em Monte Mor, em 12 de julho de 1945, filho de João Bueno de Oliveira e Mathilde Elias Bueno. Viveu toda a sua vida em Monte Mor, cidade pela qual nutria grande carinho. Teve uma infância e juventude marcadas por intensa convivência social, construindo inúmeras amizades e colecionando momentos de alegria ao lado de familiares e amigos. Na vida adulta, ingressou no antigo Banco do Estado de São Paulo (Banespa), onde desenvolveu uma sólida carreira profissional, permanecendo na instituição até sua aposentadoria. Homem íntegro e honesto, conquistou o respeito e a admiração de todos que tiveram o privilégio de conhecê-lo. Muito querido por seus familiares, amigos e pela comunidade, deixou como legado sua simplicidade, lealdade e o valor que sempre deu às amizades e às boas relações humanas. Faleceu em 20 de junho de 2026, aos 80 anos, e encontra-se sepultado no Cemitério Municipal de Monte Mor.

ANTÔNIO DA CONCEIÇÃO SOARES DA ROCHA



Monte Mor em 25 de janeiro de 1943. Era filho de Olegário Soares da Rocha (1887-1958) e de Francisca Baumgartner (1909-1955). Viveu toda a sua vida em Monte Mor, onde conquistou o respeito e a admiração da comunidade por sua seriedade, honestidade e conduta exemplar. Homem de princípios sólidos e caráter íntegro, era estimado por familiares, amigos e por todos aqueles que tiveram a oportunidade de conhecê-lo. Foi casado com Olga Quintino da Rocha, com quem constituiu sua família e teve um filho. Trabalhador dedicado, esposo atencioso e cidadão de reputação ilibada, deixou sua marca por meio da simplicidade, do respeito ao próximo e dos valores que cultivou ao longo da vida. Taperá será sempre lembrado com carinho por seus familiares, amigos e por todos que compartilharam de sua convivência. Faleceu em 28 de junho de 2026 e foi sepultado no Cemitério Municipal de Monte Mor.

SEBASTIANA DE PAULA MONTEIRO (TANA)



Sebastiana de Paula Monteiro, carinhosamente conhecida como Tana, nasceu em Monte Mor em 30 de outubro de 1928. Era filha de José de Paula Penteado e Flávia de Paula Bauer. Viveu toda a sua vida em Monte Mor, onde construiu sua história e conquistou a estima de familiares, amigos e da comunidade. Casou-se com Lázaro Monteiro Sobrinho, com quem teve dois filhos e formou uma família baseada no carinho e nos bons valores. Profissional dedicada, destacou-se como excelente costureira, sendo reconhecida por seu talento e dedicação ao trabalho. Mulher alegre, serena e acolhedora, cultivou inúmeras amizades ao longo da vida e deixou lembranças afetuosas a todos que tiveram o privilégio de conviver com ela. Muito querida pela comunidade montemorense, será sempre lembrada por sua gentileza, simplicidade e pelo carinho com que tratava as pessoas. Faleceu em 20 de maio de 2026, aos 97 anos, e foi sepultada no Cemitério Municipal de Monte Mor.